

VOTO

O Senhor Ministro Gilmar Mendes : Trata-se de embargos de declaração opostos por José Renan Vasconcelos Calheiros (eDOC 150), em face de acórdão da Segunda Turma desta Suprema Corte que, por maioria, recebeu, em parte, a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República.

Na acusação, foi-lhe imputada a prática de três crimes de corrupção passiva, tipificados no art. 317, §1º, do CP, c/c art. 327, §2º, da mesma lei, como também seis delitos de lavagem de dinheiro, previstos no art. 1º, V e §4º, da Lei 9.613/1998. A acusação aduz que, nos anos de 2008 a 2010, Renan Calheiros, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, solicitou, em razão do cargo, vantagem indevida a Sérgio Machado, então Presidente da TRANSPETRO. Os pagamentos teriam ocorrido por meio de doações efetivadas a Diretórios Estaduais e Municipais do PMDB e PSDB em 2008 e 2010. Segundo a exordial, SÉRGIO MACHADO teria solicitado os pagamentos a LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO e NELSON CORTONESI MARAMALDO, administradores da NM ENGENHARIA e da NM SERVIÇOS, empresas que possuíam contratos com a TRANSPETRO.

Nos termos do voto do eminente Relator, foi recebida, em parte, a denúncia em decorrência de suposta infração ao art. 317, § 1º, do Código Penal (corrupção passiva majorada) e ao art. 1º, V, da Lei 9.613/1998, na redação anterior à modificação da Lei 12.683/2012 (lavagem de dinheiro), sem a incidência da causa de aumento do art. 327, § 2º, do Código Penal e da prevista no § 4º do art. 1º da Lei 9.613/1998, com relação ao fato descrito no tópico 3.2.2 (vantagem indevida paga por meio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Tocantins/TO).

Por outro lado, rejeitou-se a denúncia no que diz respeito aos episódios narrados nos itens 3.2.1 (vantagem indevida paga por intermédio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Aracaju/SE) e 3.2.3 (vantagem indevida paga por meio do Partido da Social Democracia Brasileiro de Alagoas/AL) da inicial acusatória.

O embargante aponta omissão no julgado assentado pela posição majoritária do colegiado, porque os votos não indicariam elementos independentes de corroboração alusivos à afirmada influência política do parlamentar para viabilizar a sustentação de José Sérgio de Oliveira Machado na Diretoria da Transpetro Petrobras Transporte S.A.

Destaco que não se trata aqui de mero inconformismo da parte ou reiteração de argumentos já enfrentados pela Turma no julgamento anterior quanto ao recebimento da denúncia, ao passo que as omissões apontadas surgiram exatamente a partir dos votos assentados pela maioria, com a indicação precisa e identificada dos pontos da controvérsia.

A defesa esclarece que da leitura do acórdão recorrido é possível observar que os votos que receberam a denúncia em face de Renan Calheiros enfatizam e justificam o recebimento da acusação, por diversas vezes, no suposto apoio político que o Senador teria prestado para a indicar e/ou manter Sérgio Machado da presidência da Transpetro.

Preliminarmente, o não preenchimento dos requisitos estabelecidos pelo art. 41 do CPP deve acarretar a rejeição da denúncia, por inviabilizar a garantia do devido processo legal e o exercício do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da CF/1988). Em se tratando de denúncia por crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, é importante que a denúncia evidencie, em primeiro lugar, a solicitação, o recebimento ou a aceitação de vantagem indevida a ser paga por terceiro e, em segundo lugar, a existência de um ato de ofício específico e determinado relacionado com o exercício da função pública.

Não obstante, a denúncia deixou de descrever suficientemente a conduta praticada pelo acusado e não aponta para os concretos elementos de prova que indiquem a ciência e aquiescência do denunciado quanto à solicitação, aceitação ou recebimento de vantagens indevidas por intermédio de doações eleitorais oficiais a Diretórios Estaduais e Municipais do PMDB e PSDB.

Além disso, não especifica, de forma concreta, o ato de ofício ou relativo às atribuições funcionais do Senador que teria sido indevidamente mercadejado, sustentando-se apenas em um genérico fornecimento de apoio político que se aproxima do sistema de responsabilidade penal objetiva rechaçado pelo ordenamento jurídico nacional.

O acusado deve se defender de condutas tangíveis, situadas no tempo e no espaço, com a descrição de comportamento passível de comprovação, isto é, a hipótese acusatória deve imputar ações (comissivas ou omissivas). É que ninguém pode ser acusado pelo que é ou, simplesmente, pelo fato de ocupar posição de destaque em agremiação partidária. Exige-se o preenchimento de elementares normativas, verbos, aptos à verificação ou não durante a instrução. A denúncia, nos termos em que a denúncia foi

ofertada, não atende aos parâmetros mínimos e necessários ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

A denúncia não aponta, em relação ao denunciado, os meios empregados (*quibus auxiliis*), a maneira como esses crimes ocorreram (*quomodo*), o lugar onde a solicitação ou o ajuste se passou (*ubi*), nem o tempo (*quando*) ou as circunstâncias dos delitos.

Em outras palavras, a denúncia apenas chancela e se baseia nas genéricas e contraditórias declarações de colaborador premiado SÉRGIO MACHADO, que nem sequer se lembrava dos detalhes específicos e das pessoas que participaram da alegada intermediação, conforme será demonstrado adiante.

O que se percebe é que a denúncia se abstém de descrever fatos penalmente típicos de corrupção em relação ao denunciado, ao prosseguir na descrição da narrativa acusatória, sobrepondo eventos parcialmente descritos, desprovidos de suporte probatório mínimo.

Com efeito, em vez de delimitar os meios de solicitação de vantagem indevida do denunciado ao Presidente da TRANSPETRO, conforme mencionado à fl. 1903, a peça do Ministério Público passa a descrever solicitações de propina de SÉRGIO MACHADO aos empresários da NM ENGENHARIA e NM SERVIÇOS, sem mencionar qualquer participação ou fato imputável ao Senador RENAN CALHEIROS (fls. 1907/1909):

Os ora denunciados NELSON CORTONESI MARAMALDO e LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO, com vontade livre e consciente, comunhão de desígnios e divisão de tarefas, na condição de administradores das pessoas jurídicas NM ENGENHARIA e NM SERVIÇOS pagaram, a pedido de SÉRGIO MACHADO e para participar de licitações e contratos na TRANSPETRO, vantagem indevida mediante doações oficiais. Esses contratos e os elementos da formação de cartel e direcionamento das licitações por SÉRGIO MACHADO são trazidos no item 3.4 abaixo.

NELSON MARAMALDO, fundador da NM ENGENHARIA, confirmou que, embora tivesse contratos de menor valor com a TRANSPETRO desde 2003, SÉRGIO MACHADO, no ano de 2008, chamou-lhe ao escritório da estatal no Rio de Janeiro/RJ, oferecendo-lhe uma obra de porte.

A obra deveria ser recebida em consórcio com outra empresa pré-determinada por SÉRGIO MACHADO, devendo a NM ENGENHARIA, em

contrapartida, pagar percentual do contrato a título de vantagem indevida, justificando o pedido com a existência de acordos políticos muito sérios, NELSON MARAMALDO afirmou ainda que os pagamentos indevidos eram feitos parte em espécie e parte mediante doações oficiais; estas, por sua vez, sempre corresponderam à vantagem indevida, apesar da forma.

De igual sorte, o também colaborador LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO, outro sócio da NM ENGENHARIA, reafirmou todo o funcionamento do esquema espúrio instalado na TRANSPETRO e controlado por SÉRGIO MACHADO.

LUIZ FERNANDO MARAMALDO destacou, outrossim, que SÉRGIO MACHADO, a partir do ano de 2008, condicionou a contratação da NM ENGENHARIA ao pagamento de vantagem indevida, inclusive mediante doações oficiais a diversas agremiações partidárias, indicadas pessoalmente pelo então presidente da TRANSPETRO.

Perceba-se que a solicitação do pagamento de propina sobre o percentual de contratos celebrados com a NM ENGENHARIA e NM SERVIÇOS foi feita por SÉRGIO MACHADO a NELSON CORTONESI MARAMALDO e LUIZ FERNANDO NAVE MARAMALDO, sem qualquer descrição de participação concreta de RENAN CALHEIROS. Em consequência, consta da denúncia descrição de condutas atribuídas a terceiros, impossibilitando o exercício mínimo de defesa própria.

Por outro lado, a contrapartida, o ato de ofício ou relativo ao feixe de atribuições funcionais negociado, seria a participação em licitações e contratos da TRANSPETRO, mediante a formação de cartel e o direcionamento dos certames.

Portanto, tem-se apenas o estabelecimento de nexos de causalidade direto e imediato entre as condutas de solicitação de vantagens indevidas praticadas pelo colaborador premiado SÉRGIO MACHADO e os atos de ofício ou funcionais que se encontravam dentro de suas atribuições.

Ou seja, não há, na inicial acusatória, qualquer vinculação direta e imediata entre as doações solicitadas e as atribuições funcionais ou atos a serem praticados pelo denunciado JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS.

No caso da AP 1.003 (Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo), a PGR também deduziu, como faz nos presentes autos, que o suposto ato de ofício negociado pelos denunciados, que exerciam, respectivamente, o mandato

de Senadora da República e o cargo de Ministro de Estado, seria o fornecimento de apoio político para manutenção de PAULO ROBERTO COSTA no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras, em contrapartida ao recebimento de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) destinados à campanha eleitoral de Gleise Hoffmann ao Senado.

Nesse caso, os valores também teriam sido recebidos de empresas contratadas pela Petrobras e suas subsidiárias.

Pois bem, o próprio Ministro EDSON FACHIN reconheceu, durante o julgamento da AP 1.003, a inviabilidade de se vislumbrar como ato de ofício o alegado fornecimento de apoio político de parlamentares para a manutenção de dirigentes da Petrobras.

O relator igualmente registrou que o recebimento de doações eleitorais pelos denunciados não caracterizaria vantagem indevida para fins de tipificação do crime de corrupção:

“Após minuciosa análise do conjunto probatório produzido nos autos, conclui-se, no entanto, pela ausência de elementos aptos a permitir a formação de um juízo isento de dúvidas acerca dessa referida solicitação da vantagem indevida por parte dos acusados Paulo Bernardo Silva e Gleisi Helena Hoffmann, sendo insuficiente, ainda, a apresentação de provas para o estabelecimento do imprescindível nexo de pertinência entre as funções exercidas pelos denunciados e a possibilidade de garantirem a manutenção de Paulo Roberto Costa no cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobras S/A.

[..]

Em suma, tenho como provado nos autos o efetivo recebimento de valores no interesse da campanha da denunciada Gleisi Helena Hoffmann ao Senado Federal do ano de 2010.

Nada obstante tal conclusão, mesmo considerando que o ato de recebimento de vantagem indevida também foi descrito pelo legislador ordinário como ação passível de caracterizar o crime de corrupção passiva, não o tenho por configurado na hipótese dos autos.

É que, como consignei no preâmbulo deste tópico, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sedimentou a orientação de que a vantagem indevida obtida no contexto do delito de corrupção passiva deve estar relacionada com as atribuições funcionais do agente público. [...]” (destaques acrescidos).

Anote-se que, de acordo com o relato da denúncia, o acusado não recebeu as doações eleitorais mencionadas, e a vinculação com os valores recebidos pelos beneficiários se deu apenas com base nas declarações do colaborador SÉRGIO MACHADO e nas públicas e notórias relações políticas existentes entre membros do mesmo partido, o que parece ser insuficiente para fins de apresentação de uma acusação que atenda, minimamente, às exigências do art. 41 do CPP.

Destaque-se que a menção genérica ao fornecimento de apoio político ou ao dever constitucional de fiscalização dos parlamentares federais não é suficiente para fins da concreta e específica identificação do ato de ofício, conforme exigido pelo tipo do art. 317 do Código Penal, uma vez que a defesa não encontra algo identificável, tangível e concreto para se defender.

Da mesma forma, a ausência de descrição suficiente de fatos que possam caracterizar os crimes antecedentes de corrupção passiva acaba por desfigurar a acusação de lavagem de dinheiro, que resta igualmente inócua.

Ademais, a existência de justa causa é uma das condições da ação penal. Nos termos do art. 395, III, do CPP, sua ausência leva à rejeição da denúncia. A doutrina compreende essa condição da ação como a existência de um lastro probatório mínimo de autoria e materialidade que dê sustentação à acusação descrita na denúncia.

No caso em questão, inexistente justa causa, uma vez que a acusação se baseia em colaborações premiadas destituídas de elementos externos de corroboração que as vinculem ao denunciado, celebradas em condições anormais, contrárias ao texto expresso da Lei 12.850/2013, não podendo ser aceita a tese da colaboração cruzada enquanto elemento de corroboração.

Observo que o voto do relator baseou-se nos seguintes elementos de prova, para fins de configuração da justa causa, no que toca ao fato 2:

- i. os depoimentos do colaborador premiado SÉRGIO MACHADO;
- ii. **um bilhete escrito de punho próprio com a anotação do nome BRUNO MENDES e seu contato telefônico;**
- iii. depósitos bancários na conta do Diretório Estadual do PMDB em Tocantins, realizados pelas empresas que tinham contrato com a TRANSPETRO, na data de 27.9.2010 e no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

iv. registro de ligação telefônica de LUIZ MARAMALDO para BRUNO MENDES, efetuada em 27.10.2010, ou seja, após 1 (um) mês do depósito em questão e do pleito para as eleições proporcionais daquele ano, que se deu em 3.10.2010;

v. materiais apreendidos em diligências de busca e apreensão que demonstraram que BRUNO MENDES teria advogado para o denunciado em outros casos.

Observe-se que, assim como ocorreu com os outros dois fatos rejeitados, não há nenhuma prova material que vincule, diretamente, o pacto de injusto formulado por SÉRGIO MACHADO e os proprietários das empresas NM SERVIÇOS e NM ENGENHARIA ao denunciado RENAN CALHEIROS.

A única diferença desse fato para os demais se refere à existência de bilhete escrito de próprio punho, por parte de SÉRGIO MACHADO, indicando uma pessoa que teria vínculo com o requerido.

Contudo, não se demonstra possível o recebimento da denúncia com base nesse bilhete, que não pode ser considerado como elemento autônomo de corroboração da acusação contida na denúncia. Ao largo dessa circunstância, todos os demais elementos de prova encontram-se contaminados pelas mesmas incongruências e contradições que levaram o relator a rejeitar, corretamente, a denúncia.

Com efeito, em relação ao depoimento do colaborador SÉRGIO MACHADO, é importante destacar que a defesa trouxe aos autos transcrição da mídia audiovisual com o depoimento de Sérgio Machado, no qual o colaborador nega veementemente a existência da doação da NM Serviços ao PMDB em Tocantins, em 2010.

Posteriormente, ao ser confrontado e induzido pelo Procurador que conduzia o depoimento, Sérgio Machado muda novamente sua versão, dizendo que deve ter sido o Renan, que deve ter pedido, pois Bruno é assessor do Renan.

No que toca ao depósito bancário, é importante destacar que se trata de doação eleitoral registrada e declarada a Diretório Estadual do PMDB que não possui qualquer vinculação com o denunciado, assim como ocorreu com os outros fatos.

A ligação telefônica para Bruno Mendes, realizada em 27.10.2010, também não constitui indício de prova relevante.

Nesse sentido, é importante reiterar que as eleições proporcionais para os mandatos de Deputado Federal ocorreram na data de 3.10.2010, ou seja, antes da referida ligação entre LUIZ MARAMALDO e BRUNO MENDES.

Desta feita, afigura-se logicamente impossível a atuação do réu para beneficiar o Deputado Federal LEOMAR QUINTANILHA, no pleito em questão.

Isso, porque um fato ocorrido posteriormente ao pleito não pode provar a suposta solicitação indevida do denunciado de propina paga por meio de doação eleitoral legalmente declarada, em especial quando não permite a realização de qualquer juízo de probabilidade concreto em relação ao réu.

Destaque-se ainda que os documentos apreendidos na casa de BRUNO MENDES demonstram apenas a existência da relação cliente/advogado da referida pessoa com o réu RENAN CALHEIROS, relativa a outros casos.

O fato de Bruno Mendes, ex-assessor do Senador Renan Calheiros, ter atuado como servidor no gabinete do denunciado e ter advogado para o Senador não é prova suficiente do nexos construído a partir de meras ilações e conjecturas, sob pena de se adotar a inválida responsabilidade penal objetiva pela simples existência de relações profissionais entre ambos.

Deve-se reforçar que foi realizada busca e apreensão pessoal no escritório do advogado Bruno Mendes, não tendo sido colhido qualquer elemento de prova que evidenciasse o conhecimento e a ligação do Senador com as transferências realizadas.

Ou seja, nenhuma prova foi encontrada no escritório do advogado que vinculasse Renan Calheiros ao Diretório do PMDB em Tocantins ou a Leomar Quintanilha.

Os únicos documentos obtidos na busca e apreensão que vinculam Bruno Mendes ao denunciado se referem a um CD com a etiqueta chantagem Mônica Veloso 2007 e outro identificado como TCU 017-586 /2009-01, em que consta como requerido José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, filho do denunciado.

Esses documentos reforçam a tese defensiva de ausência de indícios mínimos de autoria, em especial a partir das verossímeis alegações que o Sr.

Bruno Mendes teria prestado serviços advocatícios ao denunciado. Os documentos apreendidos confirmam essa versão.

Destaque-se que o Sr. Bruno Mendes nem sequer foi ouvido nesses autos, o que poderia ter contribuído para o melhor esclarecimento dos fatos e da relação entre ele e o denunciado.

A ausência dessa oitiva parece, a meu ver, uma grave falha da instrução do Inquérito, imputável à acusação.

Ademais, sobre o caso Mônica Veloso, é importante registrar que o denunciado foi investigado no Inquérito 2.593, protocolado em 6.8.2007, posteriormente transformado na Ação Penal 1.018, no qual foi acusado de falsidade ideológica e peculato em virtude do desvio de verbas indenizatórias do mandato em proveito próprio e alheio.

Onze anos após o início dessa investigação, em 18 de setembro de 2018, esta Segunda Turma, por unanimidade, absolveu o denunciado de todas as acusações.

Apesar disso, o caso volta a ser mencionado pela acusação enquanto elemento de prova do vínculo do Senador com o Sr. Bruno Mendes para fins ilícitos.

Também é utilizado para justificar o suposto estreito vínculo do denunciado com o Senador Leomar Quintanilha, que, segundo a acusação, teria atuado como aliado fiel de Renan no processo por quebra de decoro.

Contudo, conforme esclarecido pela defesa, não houve qualquer atuação indevida ou favorecimento do Deputado Leomar Quintanilha na condução do processo contra o denunciado no Conselho de Ética.

Ao contrário, o referido parlamentar nomeou como relatores dois opositores políticos do réu, os Senadores Renato Casagrande e Marisa Serrano, tanto que o relatório pela cassação de seu mandato foi aprovado no referido Conselho e na Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido rejeitado em Plenário por votação apertada.

Idêntico procedimento se observa no julgamento da Representação CEDP 003/2007 e nas indicações para a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras.

O que se nota, portanto, é a eternização dos perniciosos efeitos que decorreram da investigação e oferecimento da denúncia contra o

parlamentar no caso Mônica Veloso, com a tentativa de classificar como ilícitas as condutas do denunciado e do Deputado Leomar Quintanilha, mesmo após a absolvição declarada pela Segunda Turma.

Portanto, há omissão determinante nos fundamentos que assentaram o recebimento parcial da denúncia. Não há elementos externos de corroboração das declarações de Sérgio Machado e dos demais colaboradores em relação ao denunciado. Os únicos elementos colhidos implicam apenas os próprios delatores.

Há sérias divergências e contradições nos próprios depoimentos mencionados na denúncia. Por exemplo, Exedito Machado, filho de Sérgio Machado, que morava com ele no Rio de Janeiro desde 2006, por ser o filho mais próximo e o único que tinha interesse em seguir carreira política, alegou que não tinha conhecimento se há contrapartidas dos contratos firmados pela NM Engenharia para políticos.

Nelson Maramaldo, dono da NM Engenharia, disse que Sérgio Machado dizia que tinha acordo político sem falar com quem, sabendo apenas pelas doações realizadas. Idêntico relato foi apresentado por Luiz Maramaldo, sócio da mesma empresa.

O próprio Sérgio Machado, em suas declarações, registrou que nunca disse que as doações eleitorais que viabilizava decorriam de propina, acreditando que os beneficiários poderiam imaginar que fosse, modificando posteriormente sua versão para dizer que “ *eles [os políticos] não sabiam nem o que eram... só depois eu dizia de onde é que vinha* ” (fls. 2695/2696).

A análise dessa transcrição do registro do depoimento do colaborador, trazida na peça defensiva, é elucidativa quando demonstra o interesse do *Parquet* em direcionar o seu depoimento, com auxílio e cooperação dele, para assentar que as doações eleitorais de empresas que tinham relação com a Transpetro decorriam de propina de corrupção passiva com conhecimento e aquiescência dos destinatários.

Tenta-se, a fórceps, adequar as palavras do colaborador à hipótese investigativa. O próprio colaborador gravou clandestinamente diálogos que teve com o denunciado, sem que qualquer conversa relativa ao tema de doações eleitorais irregulares, recebimento de propina ou estratégias de lavagem de dinheiro tenha sido captada.

A acusação relata que essas gravações tinham o objetivo de reforçar apenas a proximidade entre eles, Sérgio Machado e Renan.

Contudo, se o colaborador captou recursos ilícitos de propina em favor do denunciado, por que não tentou obter uma confissão ou referência direta nas gravações, uma vez que poderia constituir importante elemento de prova e corroboração? Uma das explicações plausíveis e cuja dúvida beneficia o denunciado é porque tais fatos, os crimes, inexistiram.

Outro elemento de corroboração indicado pela PGR seriam as visitas do denunciado, de seu filho, JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, e de Everaldo França, servidor do gabinete do Senador, à sede da TRANSPETRO.

Contudo, a simples visita de autoridades à sede de relevante subsidiária da Petrobras, com interesses vinculados ao Estado do Senador, não pode constituir elemento de corroboração da prática dos crimes narrados na denúncia.

O próprio SÉRGIO MACHADO afirma que à frente da estatal era fundamental o contato com autoridades públicas, incluindo Ministros de Estado e parlamentares, conforme os interesses institucionais da empresa.

Ademais, as visitas de EVERALDO FRANÇA ocorreram todas no ano de 2014, enquanto que os fatos narrados na denúncia se referem aos anos de 2008 e 2010.

Nesse sentido, vale citar o posicionamento adotado nesta Segunda Turma, no julgamento do Inquérito 4.074, na sessão de 14 de agosto de 2018, em que foi rejeitada denúncia em razão da ausência de elementos de corroboração independentes às declarações dos colaboradores e dos documentos por eles mesmos produzidos.

A desconfiança com os atos de colaboração decorre da presunção de inocência (art. 5º, LVII, da CF), a qual, como regra probatória e de julgamento, impõe à acusação o ônus de provar a culpa, além da dúvida razoável. É produzindo provas contra terceiros que o delator obtém a remissão de suas penas (art. 4º da Lei 12.850/2013), ou seja, um ânimo de autoexculpação ou de heteroinculpação (NIEVA FENOLL, Jordi. La valoración de la prueba. Marcial Pons, 2010. p. 244, tradução livre).

Os elementos de prova produzidos em razão de colaboração premiada têm sua força probatória fragilizada em razão do seu interesse em delatar e receber benefícios em contrapartida, além dos problemas inerentes à própria lógica negocial no processo penal. Tal visão é afirmada inclusive na

doutrina clássica, em relação a provas produzidas por corréus: MITTERMAYER, C. J. Tratado da prova em matéria criminal. Tomo II. Rio de Janeiro, 1871, p. 123-125; ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. Código de Processo Penal brasileiro anotado. v. III. 5. ed. Borsoi, 1960. p. 39-40.

Portanto, presumir o interesse do colaborador em produzir ou alcançar provas forjadas não é um equívoco, mas um dever constitucional do juiz. O natural é que o colaborador dê versões o mais próximo o possível do que lhe coloque em uma posição melhor para negociar, não de como os fatos realmente se passaram. Muito embora a legislação seja expressa em atribuir pouco valor à prova oral produzida pelo colaborador (declarações), todos os atos de colaboração têm valor probatório limitado.

A previsão de que não haverá condenação baseada apenas nas declarações do colaborador (art. 4º, § 16, da Lei 12.850/2013) é o reconhecimento legal de que a prova produzida de forma interessada tem valor limitado. Tal dispositivo, em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal, foi modificado pela Lei 13.964/2019 para ampliar as hipóteses de aplicação da regra de corroboração, vedando que, exclusivamente com base em declarações de colaboradores, sejam decretadas medidas cautelares pessoais ou reais e recebidas denúncias ou queixas-crime.

Portanto, verifica-se omissão no julgado da Turma, ao passo que os fundamentos assentados pela posição majoritária não expressam elementos independentes de corroboração alusivos à afirmada influência política do parlamentar para viabilizar a sustentação de José Sérgio de Oliveira Machado na Diretoria da Transpetro – Petrobras Transporte S.A.

Diante do exposto, dirijo do Relator para acolher os embargos de declaração com efeitos infringentes, de modo a rejeitar integralmente a denúncia oferecida.

É como voto.